

# Em Londres, uma certeza: é preciso renegociar toda a nossa dívida.

Hermano Alves, correspondente em Lisboa.

A viagem a Paris do ministro Antônio Delfim Neto serviu para demonstrar aos meios financeiros internacionais que o governo do Brasil precisa da renegociação global da sua dívida externa, hoje superior a 90 bilhões de dólares. Esta é a opinião que prevalece na área diplomática de Londres e na City, a princípio perplexas com as peripécias da visita a Paris, não faltando na capital britânica quem classifique de "excêntrico" o ministro do Planejamento do Brasil.

Feitas as contas, porém, verificou-se que apesar da controvérsia um tanto bizantina sobre a tese da renegociação da dívida, a declaração nacionalista da moratória e a total aceitação da terapia de choque do Fundo Monetário Internacional, a realidade fala mais forte.

Um alto funcionário diria que "a dívida externa brasileira, com ou sem a aprovação técnica do FMI, encaminha-se para um ponto crítico em que pode tornar-se incontornável".

— Chegará o momento — disse esta mesma fonte — em que o governo brasileiro terá de optar entre o pagamento imediato de fornecimentos de petróleo, por exemplo, e a cobertura de um título vencido. Por que não enfrentar logo a questão, com franqueza e sem subterfúgios?

## Falta credibilidade

Admite-se em Londres que o Brasil, precisando de uns três bilhões de dólares imediatamente para fechar as contas de 1983 e depois de passar pelo dissabor de sofrer uma censura severa do Banco de Compensações Internacionais (BIS), tenha de apelar para o governo dos Estados Unidos.

Resta saber se a "equipe" econômica, financeira e técnica que presidiu os destinos do Brasil na fase do "milagre", em que o crescimento atingia a 10% (apesar dos sinais de recessão internacional que se tornavam mais evidentes), tem as condições para dirigir esta nova fase. A impressão que se tem em Londres é a de que se existe uma "falta de credibilidade física" do presidente João Baptista Fi-

gueiredo, por causa da sua saúde, há também o problema da credibilidade, pura e simples, do atual ministro do Planejamento e seus fiéis colaboradores.

— Sem discutirmos a pessoa Antonio Delfim Neto, suas qualidades e seus defeitos, devemos, no entanto, ponderar se o ministro brasileiro consegue entender que a situação é agora totalmente diversa e que talvez não seja ele o homem capacitado para orientar uma nova política — afirmava ontem um diplomata latino-americano.

## FMI pode ajudar?

Em Londres, prevalece a impressão de que o problema dos compromissos externos do Brasil já escapou à área circunscrita e habitual das recomendações do Fundo Monetário. O FMI sempre propõe uma terapia de choque (uma série de medidas drásticas no prazo de um a três anos) que inclui a contenção e redução do meio circulante, cortes profundos no setor público, eliminação total de subsídios e de contrapartidas sociais anti-inflação, como as escalas móveis de salários (indexação), taxas de juros positivos para os depositantes e o aumento das exportações.

As exportações não podem mais resolver o problema de uma dívida externa que cresce e se multiplica com rapidez, já com dinâmica própria. A eliminação da indexação salarial era significativa como um indicador da vontade governamental de reconhecer a autoridade da tecno-burocracia do FMI. A locomotiva da recuperação norte-americana demorou muito a sair da estação e as taxas de juros em **Wall Street** continuam em dois algarismos e não voltam mais aos níveis de 1977-78, em que não passavam de 8%.

Racionalizar as atividades do setor estatal num país onde o Estado controla 500 empresas, algumas delas de grande magnitude, e promover uma reversão das prioridades é uma plataforma política de renovação nacional e não uma simples recomendação do FMI.

A mesma classe dirigente que

repetia que "exportar é a solução", que admitiu transformar o Brasil num grande exportador de armamentos, que admite gastos suntuários que vão desde as sedes de bancos até a celebração dos 30 anos de uma coluna social, que discute candidaturas possíveis de funcionários que são hoje grandes empresários sem terem deixado o serviço público, costuma tratar os tecnocratas do FMI como se fossem estadistas ou mesmo estrelas de cinema — quando na realidade são quadros de uma burocracia bem remunerada e protegida contra as flutuações inflacionárias.

Em artigos na Imprensa britânica, entrevistas, panfletos e mesas-redondas, troca de idéias a nível decisórios médios e altos, analisa-se o comportamento das "elites" do Brasil, da Nigéria, da Argentina, das Filipinas, em suas relações com as respectivas populações e também com os meios financeiros internacionais que lhes concedem (ou rejeitam) crédito. O fenômeno das dívidas externas gera, inevitavelmente, a criação de mecanismos para a sua análise e interpretação.

## Argumentos para o Brasil

Se o Brasil é o caso imediato mais agudo, não é o único. Não resta mais dúvida para a City que o Brasil vai guiar-se pelo exemplo de renegociação dado pelo México, e se este país tem petróleo e investimentos norte-americanos, os brasileiros podem alegar em seu favor a massa de capitais estrangeiros (europeus, norte-americanos, japoneses), a sua importância estratégica e outras vantagens.

Uma dessas vantagens, por exemplo, é o papel que as encomendas de países como o Brasil, Argentina e México representam na política econômica da Grã-Bretanha, enquanto outra seria a relação estreita (a nível de oito bilhões de dólares), no plano comercial, entre o nosso país e o Mercado Comum Europeu, para não se falar no problema dos bancos de Wall Street, como o City, o Chase, o Morgan etc., que são grandes credores e portanto maiores interessados.